

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Brasil é país sob observação	1
Título: Geni e a Petrobras.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Muitos avanços. Mas está faltando um	4
Título: Leilões de energia indicam confiança dos investidores.....	6

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Brasil é país sob observação

Com a chegada de Donald Trump à Casa Branca, as preocupações mundiais com o meio ambiente aumentaram. Adversário assumido de políticas de contenção de emissões de carbono, o novo presidente logo se colocou contra o Acordo de Paris e, num gesto mais do que marcante, nomeou para a agência de proteção ambiental, EPA, em inglês, o secretário de Justiça do estado de Oklahoma, Scott

Pruitt, ligado às indústrias do carvão e petróleo, autor de medidas judiciais contra atos do governo Obama de mitigação da emissão de gases. Nada mais parecido com a velha imagem da raposa que monta guarda no galinheiro.

Neste momento de incertezas sobre ações multilaterais para se atingir a meta de conter a elevação da temperatura média, até 2100, a no máximo dois graus centígrados sobre o nível verificado na era préindustrial, em fins do século XVII, o Brasil colhe vitórias neste campo, mas também semeia temores.

A meta corre perigo com Trump em Washington — embora haja reações importantes de empresas e estados americanos em favor do Acordo de Paris, no qual foi estabelecido este objetivo, em dezembro de 2015.

Gráficos ao lado indicam avanços importantes no principal foco de emissões brasileiro, o manejo das florestas. Há substanciais quedas no desmatamento na Amazônia, no Cerrado e na Mata Atlântica. Mas isso não anima. Na Mata Atlântica, porque ela já foi quase toda destruída; no Cerrado, porque, mesmo com a redução da destruição, ela continua, e num bioma de capital importância para a muitos rios do país. Daí chamar-se o Cerrado de a "caixa d'água" brasileira. Já a Amazônia enfrenta pressões constantes de grupos bem situados em Brasília, para redefinir áreas de proteção.

São emblemáticas as idas e vindas do governo Temer em torno da Renca **(Reserva Nacional do Cobre e Associados)**, liberando 47 mil quilômetros quadrados para exploração mineral, e depois recuando diante da repercussão mundial. Mas o assunto continua em pauta. O mesmo se pode dizer da tentativa de mudar o status da Floresta Nacional de Jamanxim, para permitir garimpo e desmatamento. Também houve recuo, mas o futuro é incerto.

Faz todo sentido, portanto, que entidades internacionais de defesa do meio ambiente considerem o Brasil um caso a continuar a ser observado com atenção.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Walfrido Jorge Warde Junior

Título: Geni e a Petrobras

A Geni de Chico Buarque é hostilizada pelos seus concidadãos. Ela inspira uma precária complacência dos detratores, quando a descobrem capaz de evitar a destruição da cidade por um misterioso Zepelim. Finda a ameaça, a tolerância acaba sob o refrão: "Joga pedra na Geni!"

O ciclo de glória e execração de Geni sugere uma analogia com a história da Petrobras. Mais uma vez, uma chuva de pedras desaba sobre a companhia. Agora, ela vem na forma de nova arbitragem movida por acionistas brasileiros, aos quais se juntaram fundos de pensão — inclusive a Petros, dos funcionários da própria Petrobras. Seus autores tentam simular uma ação de classe do direito americano ao convocar acionistas para a demanda por meio da sua divulgação.

Alguns dizem que é uma sofisticada tentativa de saque, que vitimiza a vítima, jamais seus algozes.

A Operação Lava-Jato expôs a ação espoliadora de alguns dos seus administradores, que levaram a companhia a celebrar contratos superfaturados em troca de propina. Sob esse ataque parasitário, a Petrobras perdeu valor. Suas ações caíram, e seus acionistas tiveram prejuízo.

É essa a reclamação, segundo as notícias, posta na nova arbitragem. Alguns acionistas pretendem que a Petrobras os indenize pelos danos que administradores causaram diretamente à companhia e indiretamente a todos os acionistas.

O Direito brasileiro não permite ação direta de imputação de responsabilidade e de ressarcimento movida por acionista contra a companhia. Quando o administrador delinque e causa dano direto à companhia — e indireto a todos os seus acionistas —, a lei faculta apenas uma indenização contra o administrador. Assim, quando a empresa se ressarcir e recompuser o seu patrimônio, terá ressarcido indiretamente o acionista.

Nosso direito não permitiu essas ações para evitar cinco consequências adversas:

1. a proliferação de milhares de ações iguais em diferentes foros;
2. decisões diferentes sobre a mesma questão;
3. a dragagem de recursos da companhia para a administração desses litígios;
4. a depauperação da companhia, sob a avalanche de demandas, e a frustração dos pedidos de indenização;
5. a impunidade dos verdadeiros culpados.

O que surpreende não é, todavia, uma medida sem qualquer respaldo legal, mas o fato de grandes fundos de pensão participarem dela. Muitos deles foram investigados pela Operação Greenfield, um filhote da Lava-Jato, depois de uma

sucessão de maus negócios e — como se suspeita — de irregularidades que esvaziaram os seus cofres.

O que se espera é que essa arbitragem de legalidade duvidosa não sirva para recuperar o caixa dos fundos de pensão em detrimento da Petrobras, que até agora gastou mais com as suas investigações internas do que recuperou pela mão pesada da Lava-Jato.

Se for isso, o caso exporá a nu um grave malfeito, com o que, ao contrário do que se pode pensar, provavelmente apenas os denunciante serão punidos, porque no Brasil, como profetizou Nelson Rodrigues, o verdadeiro pai de Geni, toda nudez será castigada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: José Márcio Camargo

Título: Muitos avanços. Mas está faltando um

Após dois anos de profunda crise (2015 e 2016), a partir do primeiro trimestre de 2017 a economia brasileira começou a dar sinais de recuperação. Inicialmente concentrada na agropecuária, a partir do segundo trimestre do ano a recuperação se espalhou para outros setores da economia. A liberação dos recursos inativos do FGTS e a forte queda da inflação geraram crescimento da renda real das famílias e fizeram do consumo o motor da retomada da atividade. A partir do terceiro trimestre os investimentos começaram a dar sinais de vida, com crescimento positivo, após 13 trimestres de queda. Diante desse cenário, duas questões se colocam: qual a intensidade da retomada e quanto do crescimento e da queda da inflação se devem a fatores cíclicos, que se esgotarão no curto prazo, e quanto decorre de fatores estruturais que podem ter aumentado a taxa de crescimento do produto potencial e reduzido a inflação estruturalmente.

Desde agosto de 2016, o País passa por um importante conjunto de reformas que deverá mudar o comportamento da economia brasileira no curto, médio e longo prazos. No curto prazo, o fim da obrigatoriedade de a Petrobrás participar da exploração de todos os poços do pré-sal e a redução da exigência de conteúdo nacional nas plataformas liberaram os leilões e reduziram o custo para a exploração do petróleo no País. A liberalização dos preços dos combustíveis, sua vinculação aos preços internacionais do petróleo, a abertura do capital da BR Distribuidora e o anúncio da privatização da eletrobrás são todas decisões que melhoram a alocação dos recursos, atraem investimentos em setores estratégicos e aumentam o potencial de crescimento da economia. No médio prazo, quatro reformas terão efeitos importantes já a partir de 2018:

o teto para o crescimento do gasto público, a substituição da TJLP pela TLP como a taxa de juros dos empréstimos do BNDES, a liberalização da terceirização e a reforma trabalhista.

O teto para o crescimento do gasto público vai mudar a forma como o orçamento público é definido. Com o teto, qualquer proposta de aumento de gasto terá de ser compensada por redução em outro gasto. Ou seja, a restrição orçamentária terá de ser respeitada. Com isso, o gasto público como proporção do PIB terá uma redução de 5 pontos de porcentagem em 20 anos. A reação dos investidores foi imediata. Os títulos públicos que, em média, pagavam taxas de juros acima de 20% ao ano no início de 2016, estão hoje pagando juros abaixo de 10% ao ano. A substituição da TJLP pela TLP, além de eliminar os subsídios implícitos por ser a TJLP menor que as taxas pagas pelo Tesouro para se financiar (em média R\$ 50 bilhões por ano nos últimos 10 anos), fará com que o BNDES se torne um "amigo" do Banco Central no combate à inflação. Ao contrário da TJLP real, a TLP real (deflacionada pela taxa de inflação) aumenta quando a taxa de inflação aumenta.

Consequentemente, o custo real dos empréstimos do BNDES (que corresponde a 46% do crédito corporativo do País) também aumenta, reduzindo os incentivos para o investimento e, portanto, a demanda agregada. Como consequência, as taxas de juros reais de mercado compatíveis com a estabilidade da taxa de inflação serão menores. A liberalização da terceirização deverá gerar ganhos importantes de produtividade. Como era proibido terceirizar atividades-fim e a definição de atividade-fim dependia do juiz do Trabalho, as empresas somente terceirizavam atividades claramente consideradas atividades-meio, como limpeza, manutenção, etc. Com a liberalização, as empresas poderão se concentrar nas atividades nas quais são mais eficientes e terceirizar tudo aquilo que será feito de forma mais eficiente por outra empresa. O resultado será aumento de produtividade e queda dos custos unitários de produção. Os efeitos positivos da reforma trabalhista serão muito relevantes.

A nova legislação flexibiliza os salários nominais, valoriza as negociações individuais entre patrões e empregados, reduz a incerteza jurídica, diminui o custo de horas extras, incentiva a formalização, diminui o incentivo à rotatividade, enfim, cria as condições para que os ajustes necessários no mercado de trabalho sejam feitos mais através de variações dos salários nominais e menos em variações na taxa de desemprego, da rotatividade e da taxa de inflação. Com isso, diminui as taxas de desemprego (e de juros) necessárias para gerar estabilidade de preços. Finalmente, no longo prazo, a reforma do ensino médio, ao diminuir o número de matérias obrigatórias e introduzir eletivas profissionalizantes, aumenta a atratividade do curso médio para os jovens de famílias cujos pais têm pouco capital humano acumulado,

reduz a evasão escolar e cria um curso menos voltado para a universidade e mais direcionado para o mercado de trabalho, com significativos ganhos de produtividade.

Em conjunto, essas reformas deverão levar a um aumento do crescimento potencial da economia e uma substancial redução estrutural das taxas de juros reais e da taxa de desemprego compatíveis com a estabilidade de preços. Nossa expectativa é de crescimento de 3,9%, desemprego de 9%, taxa de inflação de 3,5% com taxas de juros de 6,5% em 2018. Ainda falta muito a ser feito antes de o País entrar em uma trajetória de crescimento compatível com as necessidades de um país emergente como o Brasil (simplificação tributária, abertura da economia, etc). Porém, para que o cenário acima se consolide, é fundamental a aprovação de uma reforma no sistema de Previdência Social. Caso contrário, em 20 anos, 100% dos gastos do governo terão de ser dedicados ao pagamento de aposentadorias e pensões. O teto dos gastos se torna insustentável e a questão fiscal volta a ser dominante. E, como em 2016, os investidores vão antecipar esse resultado, forçando aumento dos juros, desvalorização cambial e a volta das pressões inflacionárias.

Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e economista da Opus Investimentos

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Leilões de energia indicam confiança dos investidores

Três leilões de concessão na área elétrica realizados nos últimos dias mostraram que os investidores acreditam não só na recuperação da economia brasileira e no aumento da demanda nos próximos anos, como na preservação de níveis baixos tanto de inflação como de juros – itens decisivos para definir a remuneração real do investimento. É o que explica os expressivos deságios nas concessões de transmissão e de geração de energia nova. Todos os lotes leiloados de linhas de transmissão foram vendidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os vencedores investirão R\$ 8,7 bilhões em obras e equipamentos para a construção de 4,9 mil km de linhas, em 10 Estados.

O deságio médio de 40,46% significa que os investidores aceitaram receber valor inferior ao máximo admitido pela Aneel. A confiança dos investidores – entre os quais indianos, franceses e espanhóis – cresceu entre o primeiro e o segundo semestres: no leilão anterior, em abril, nem todos as linhas atraíram interessados e o deságio médio foi menor (36%). Nos dois leilões de energia nova, os deságios médios foram de 54,65% e 38,7% em relação aos tetos de

preço estabelecidos pela Aneel. No leilão de geração A-4 foram contratados 25 empreendimentos, entre os quais uma pequena central hidrelétrica (PCH), uma central hidrelétrica (CGH), uma térmica movida a biomassa, duas usinas eólicas e 20 usinas solares fotovoltaicas. No leilão A-6, foram contratados 63 empreendimentos, destacando-se os de energia eólica.

Os contratos são de 30 anos para as usinas hidrelétricas e de 20 anos para as usinas a biomassa, eólicas e solares. Os investimentos previstos na geração são expressivos e permitirão adicionar cerca de 3 mil MW médios à oferta total. A contratação de novas fontes é essencial para o equilíbrio entre a oferta e a demanda no longo prazo, dadas as limitações da energia hidrelétrica. Os reservatórios atuais se tornaram insuficientes para assegurar a energia necessária nos períodos de estiagem. O objetivo é garantir a segurança energética de que a economia precisa para crescer. O resultado dos últimos leilões é um passo rumo a essa segurança, com a vantagem de contratar energia a custos menores do que os admitidos pela Aneel, em benefício de consumidores hoje submetidos a tarifas muito elevadas para este insumo essencial.

MME / ASCOM .